

V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal



V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal

**FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MEDA,
PINHEL E VILA NOVA DE FOZ CÔA,
13 A 16 DE MAIO DE 2009**

Dando continuidade aos congressos que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar, realizou-se entre 13 e 16 de Maio de 2009 o 5.º Congresso de Arqueologia, que procurou divulgar e debater a investigação que decorre na região. A Direcção Regional de Cultura do Norte juntou-se à iniciativa, promovendo a edição das Actas das Sessões, essencial para a real divulgação dos conteúdos, valorização do património e dos conhecimentos.

Sessões:

- Arte Rupestre e Pré-História
 - Proto-História e Romanização
 - O Período Medieval e Pós-Medieval
 - Museus e Dinâmica Cultural das Regiões
-

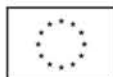
Organização do Congresso:

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Apoio à Organização e Entidades financiadoras:

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Câmara Municipal de Meda
Câmara Municipal de Pinhel
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Entidades financiadoras da Edição:



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

Fotografias capa:

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA,

DALILA CORREIA,

JOÃO ROMBA,

JOSÉ PAULO RUAS,

MÁRIO REIS

JPR	JPR	JPR	JR
JR	JPR	JPR	JPR
DC	AMB	JPR	MR

Em 2003 a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão organizou o primeiro Congresso de âmbito regional que viria a ter continuidade nos anos seguintes. Em 2006, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Centro Nacional de Arte Rupestre associaram-se à organização e as três entidades, com o decisivo apoio dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, organizaram o 3.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. O Congresso decorreu entre 16 e 18 de Maio de 2006 naqueles três municípios, integrando 6 sessões. As actas foram publicadas numa edição viabilizada pela AIBT do Vale do Côa.

O 4.º Congresso revestiu-se de um formato diferente, um Fórum de Valorização e Promoção do Património Regional, que teve lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho de 2007, nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, os quatro concelhos que integram o Parque Arqueológico. As actas foram publicadas pela ACDR de Freixo de Numão, com financiamento da AIBT do Vale do Côa e das autarquias envolvidas.

Em 2009, de 13 a 16 de Maio, realizou-se, nos mesmos municípios, o 5.º Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, organizado pela ACDR de Freixo de Numão e Parque Arqueológico do Vale do Côa cujas actas são agora dadas à estampa pela Direcção Regional de Cultura do Norte.



título

Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal

coordenação

Miguel Areosa Rodrigues
Alexandra Cerveira Lima
André Tomás Santos

autores

AA VV

capa

Ana Sarmento

composição gráfica

Ana Sarmento

data de edição

1.ª edição, Dezembro de 2011

ISBN

978-989-658-184-8

depósito legal

?????/??

edição



Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 – R/c Drt.º

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE

Apoios



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PROSPECÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO CÔA: PONTO DA SITUAÇÃO EM MAIO DE 2009 Mário Reis	11
CRUZANDO OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS E ARTE RUPESTRE NO VALE DA RIBEIRA DO MOSTEIRO: DADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA S.S. Figueiredo, R. Gaspar, P. Xavier	125
UMA OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO NA QUINTA DE SÃO TIAGO (DOMINGUIO – COVILHÃ) Júlio Manuel Pereira, António Sérgio dos Santos Pereira	161
AS CERÂMICAS DO TERCEIRO E SEGUNDO MILÉNIOS A. C. DE CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA) Ângela Carneiro	187
INDÍCIOS DE VITRIFICAÇÃO DA MURALHA PROTO-HISTÓRICA DO SABUGAL VELHO Marcos Osório, Paulo Pernadas	219
OUTEIRO LESENHO (BOTICAS): INTERVENÇÕES RECENTES NO POVOADO PROTO-HISTÓRICO Carla Maria Braz Martins, Gonçalo Passos Correia da Cruz, João Fonte	239
ARTE RUPESTRE DE BRITEIROS. INVESTIGAÇÃO E POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO Gonçalo Passos Correia da Cruz, Daniela Dolores Faria Cardoso	255
UMA “NOVA VIA” NA VELHA REDE VIÁRIA ROMANA DE MANGUALDE António Luís Marques Tavares	273
EXPLORAÇÕES AURÍFERAS NO ALTO DOURO PORTUGUÊS (ENTRE A FOZ DO RIO TUA E BARCA DE ALVA) Francisco Sande Lemos, Carla Maria Braz Martins	293
“PELA BEIRA INTERIOR NO SÉCULO I D. C. – DAS CAPITAIS DE <i>CIUITATES</i> AOS <i>UICI</i> , ENTRE O PÔNSUL E A ESTRELA” Pedro C. Carvalho	317

VALE DO MOURO (CORISCADA – MÊDA) – PONTO DA SITUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE 2003 A 2009 António Sá Coixão, Tony Silvino, Pedro Abrunhosa Pereira	335
O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE S. GENS (SANTA MARIA, CELORICO DA BEIRA) – NOTÍCIA PRELIMINAR DA CAMPANHA DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADA EM 2008 António Carlos Marques, Catarina Tente	339
O MONTE DA SR. ^a DO CASTELO EM TEMPOS MEDIEVOS. ANÁLISE DO ESPÓLIO EXUMADO Carla Maria Braz Martins	357
GEOGRAFIAS E ESTRATIGRAFIAS INTERPRETATIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS PAÇOS (SÉCS. XV-XVI) Salete da Ponte, Rui Ferreira, Maria José Bento	379
A ARQUEOLOGIA ICONOGRÁFICA DA (I) MATERIALIDADE DOS ARTEFACTOS CERÂMICOS DA “PEDRO DIAS” Salete da Ponte, Judite Miranda, Ricardo Triães, Rosa Vieira	387
A ABERTURA DO TÚNEL DE LA CARRETERA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DO DOURO EM TERRITÓRIO SALMANTINO: ABROLHOS E SOLUÇÕES COM UM TERRÍVEL DESASTRE DE PERMEIO Carlos d’Abreu, Emilio Rivas Calvo	397
O CINEMA NO DISTRITO DA GUARDA – NOTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DA COMUNICAÇÃO António Alberto Rodrigues Trabulo	439
ESBOÇO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O MUSEU DO CÔA Marta Mendes	463
PROJECTO DE CRIAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS E/OU CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA ÁREA DOS CONCELHOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA E MÊDA António do Nascimento Sá Coixão, Sandra Naldinho	479
O MUSEU DO SABUGAL E O SEU PAPEL NA DINÂMICA CULTURAL DO VALE DO CÔA Carla Augusto, Jorge Torres	507
AS EXPECTATIVAS DA “RENTABILIDADE SOCIAL” DA PAISAGEM NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO DAS “PAISAGENS/ESPAÇOS CULTURAIS” José Paulo Francisco	519
CARTAS ARQUEOLÓGICAS E CARTAS PATRIMONIAIS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL. A PERTINÊNCIA, OU NÃO, DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? Fernando Pau-Preto	533

AS EXPECTATIVAS DA “RENTABILIDADE SOCIAL” DA PAISAGEM NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO DAS “PAISAGENS/ESPAÇOS CULTURAIS”

José Paulo Francisco*

Resumo

A Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000) é um importante contributo, para que se atinjam os objectivos do Conselho da Europa, de promoção da qualidade de vida dos cidadãos Europeus tendo em conta os valores paisagísticos, naturais e culturais de um território.

Não existe paisagem que não possua uma dimensão histórica, no entanto nas sociedades actuais falar de “paisagens históricas”, significa evocar determinados espaços “protegidos” pelo seu passado histórico, ou pelo valor simbólico que lhe é atribuído, pelo que se gerou uma aceitação da necessidade de preservar determinados espaços, como uma espécie de “ilhas da memória” o que se por um lado, introduziu um conceito da dimensão patrimonial da paisagem, por outro conduziu a que nos últimos anos o debate sobre as transformações e valorização da paisagem, transcendesse amplamente o debate académico e profissional, alcançando amplos sectores da sociedade e convertendo-se em sujeito de primeira ordem do debate político.

O nosso objectivo é apresentar uma proposta, que possa contribuir para alcançar, a tão esperada “rentabilidade social” dos parques culturais e arqueológicos e da paisagem enquanto património.

Palavras-chave: Paisagens Culturais, Parques Culturais e Arqueológicos, Turismo Cultural, Desenvolvimento Sustentável

Abstract

The European Landscape Convention (Florence, 2000) is an important contribution to the achievement of the objectives of the Council of Europe, promoting quality of life of

* Arqueólogo; arqconsulting@gmail.com.

European citizens having in account the landscapes values, as well as natural and cultural values of a territory.

There is no landscape that lacks an historical dimension, however in today's societies, talking about historic landscapes means to evoke certain "protected" areas by their historic past, or the symbolic value assigned to it, which is generated by an acceptance of the need to preserve certain areas, as a kind of "islands of memory" which on the one hand, introduced a concept of asset size of the landscape, on the other meant that in recent years the debate about the transformation and enhancement of the landscape, transcends the academic and professional debate, reaching broad sectors of society and becoming a first order in subject of political debate.

Our aim is to present a proposal that can contribute to achieve the long-awaited "social profitability", of cultural and archaeological parks and the landscape as heritage.

Keywords: Cultural Landscapes, Cultural and Archaeological Parks, Cultural Tourism, Sustainable Development.

“Penso que só há um caminho para a ciência ou filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver com ele até que a morte vos separe- a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente que obtenham uma solução”

Karl Popper

1. Paisagens culturais, parques culturais e arqueológicos

A Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000), constitui um marco legal em matéria de protecção e gestão das paisagens europeias, tendo em conta os seus valores culturais e naturais, assim como a participação efectiva das comunidades locais nesta missão. O texto faz referência a todo tipo de paisagens (rurais, urbanas, degradadas e protegidas): todas elas são parte fundamental do património cultural e natural da Europa, segundo se diz no preâmbulo. No entanto, o protagonismo dos aspectos históricos é destacado ao indicar que “a paisagem é acessível pelo seu aspecto visual, mas mais do que isso: é necessária uma apreciação dos procesos que determinaram este aspecto visual”.

As novas metodologias de investigação, desenvolvimento e inovação territorial podem ajudar a identificar oportunidades e potencialidades, de grande valor económico no âmbito da protecção, gestão e ordenamento da paisagem, por constituírem uma oportunidade única, de gerar riqueza e valor económico.

Fomentar políticas inteligentes, através das quais as “*forças de mercado*” sejam aliadas e não destrutivas da paisagem, é uma necessidade imperiosa dos nossos dias, já que dentro de poucos anos aqueles territórios que tenham sido capazes, de preservar e integrar singularidades derivadas de valores ambientais, culturais e paisagísticos, possuirão uma enorme vantagem em relação a outros.

As paisagens que souberem conciliar os valores locais, com as tensões e oportunidades da globalização, impulsionarão espaços competitivos promotores de desenvolvimento local e regional, pois a paisagem de qualidade é um activo cada vez mais escasso e pode converter-se num factor chave de competitividade, e dado que a rentabilidade, a criatividade e a inovação estão unidas à paisagem, é fundamental promover políticas locais que permitam melhorar o recurso paisagístico.

Cabe afirmar que a paisagem satisfaz uma necessidade e por isso, possibilita a criação de determinados serviços que geram benefício económico, essencialmente ligados à indústria do turismo, podendo desta forma a paisagem considerar-se, como um bem ou recurso passível de análise económica.

Os activos paisagísticos, ou seja, aqueles bens e serviços que a paisagem nos proporciona, são considerados pela sociedade como um recurso ou património de grande valor

e na Europa, encontramos cada vez mais experiências de planos de desenvolvimento regional baseados no património, entendendo-se este último na sua mais ampla aceção, natural e cultural. Algumas dessas iniciativas mais recentes de ordenamento territorial que evidenciam o interesse desta aproximação, contemplam algumas premissas básicas: narrar uma história capaz de atrair visitantes e investimentos, descobrir oportunidades de actividade e áreas de projecto e situar o território em condições de iniciar um novo impulso de desenvolvimento económico.

Paisagens culturais, parques culturais e arqueológicos, desempenham um papel cada vez mais importante no desenvolvimento territorial, pelo que o nosso objectivo é apresentar uma proposta de desenho e metodologias assertivas que possam contribuir para alcançar, a tão esperada “*rentabilidade social*” dos parques culturais e arqueológicos e da paisagem enquanto património, desde uma perspectiva de investigação da arqueologia da paisagem (que estuda a temporalidade da paisagem) que possa ser utilizado pelos quadros de gestão do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Mas de que falamos quando nos referimos a paisagens culturais, parques culturais e arqueológicos?

Em 1992 a UNESCO assumiu a incorporação das paisagens culturais na lista de Sítios Património da Humanidade¹, a inclusão de uma paisagem cultural na Lista de Património Mundial da UNESCO atende a vários aspectos específicos: o seu carácter holístico, a importância das paisagens vivas representativas de forma de vidas tradicionais e o seu papel na configuração de unidades territoriais e regionais.

Em alternativa às complexas definições utilizadas pelos organismos oficiais, recordamos que já em 1925 o geógrafo alemão Carl Sauer, definiu paisagem cultural como o resultado da acção de um grupo social sobre uma paisagem natural. Cremos que o legado de Sauer continua plenamente vigente, uma vez que nos aproxima da interpretação tão actual de paisagem cultural, como registo da acção humana sobre o território – um texto que se pode escrever e interpretar.

Por parque cultural entendemos, um instrumento de projecto e gestão, de reconhecimento e valorização de uma determinada paisagem cultural que procura, não só a preservação do património ou a promoção da educação, mas também favorecer o desenvolvimento económico local.

Apresentamos a experiência legislativa, figura legal inovadora dos “Parques Culturais de Aragão” (Ley 12/1997, de 3 de Diciembre, de Parques Culturales de Aragón)² que define Parque Cultural como: “Un territorio que contiene elementos relevantes del

¹ Consultar em: <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>.

² Consultar em: <http://www.derechoaragones.es/perfiles/ejecutarBusqueda.cmd?idPerfil=2&posicion=7&fo rma=ficha&id=244>.

patrimonio cultural, integrados en un marco físico de valor paisajístico y/o ecológico singular que gozará, de promoción y protección global en su conjunto, con especiales medidas de protección para dichos elementos relevantes”. Deste modo esta lei é uma normativa de ordenamento do território articulado pelo património cultural e natural, visando alcançar o desenvolvimento rural sustentável a partir do turismo.

Do ponto de vista da gestão, um dos seus objetivos é: “Contribuir a la óptima ordenación del territorio, corrigiendo desequilibrios socioeconómicos e impulsando una adecuada distribución de los usos del suelo compatible con el concepto rector del Parque”. Por último, a protecção deve estar associada a uma possível produtividade destes espaços, na medida em que os seus activos paisagísticos e culturais, podem gerar riqueza através do turismo cultural.

Em relação aos parques arqueológicos, segundo Almudena Orejas: “Los parques arqueológicos se presentan como un sistema eficaz y abierto para integrar alternativas diversas (itinerarios, centros de información, aulas arqueológicas, señalizaciones sobre el terreno, visitas virtuales...) en un sistema coherente que haga posible una presentación de la rica realidad histórica que sintetiza un paisaje” (Almudena Orejas, 2001).

Para Ángeles Querol, “El objetivo que marque la planificación e intervenciones debe ser la obtención de la máxima rentabilidad social. El papel del parque arqueológico es comunicar con un público lo más amplio posible, poniendo para ello en marcha los medios pertinentes: centro y puntos de información, museos, publicaciones, audiovisuales, multimedia, materiales didácticos, etc.” (Querol, 1993).

No nosso país a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), define no n.º 4 do Art.º 74.º, parque arqueológico como “qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes”.

Acrescentando-se no n.º 7 do art.º 75.º que “com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, (...), a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico, acrescentando no n.º 8 do mesmo artigo, que os “objetivos, conteúdo material e conteúdo documental do plano serão definidos na legislação de desenvolvimento”. Esta seria publicada no ano de 2002, através do Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio que estabelece a forma de criação e gestão dos parques arqueológicos assim como, define o conteúdo material e documental destes planos.

Como conclusão, reivindicamos em detrimento da figura legal e de projecto de parque arqueológico devido aos seus problemas, ao oscilar entre a tradição da concepção museológica do património e o modelo tomado dos parques naturais, a criação no nosso país da figura legal de parque cultural como instrumento de projecto e gestão do território, cujo objectivo da sua planificação e intervenções deve ser a obtenção da máxima rentabilidade social, adequados à promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais de baixa densidade como pode ser o caso do Baixo Côa. Este território, ou paisagem cultural apresenta-se especialmente vocacionado, em nossa opinião, para a implementação de um parque cultural, com base no modelo dos Parques Culturais da comunidade autónoma de Aragão, Espanha³, que em muito contribuíram para revitalizar zonas deprimidas económica e demograficamente nas províncias de Huesca e Teruel.

Na província de Huesca foram criados dois; o Parque Cultural de San Juan de la Peña e o Parque Cultural do Río Vero e na província de Teruel: o Parque Cultural do Maestrazgo, o Parque Cultural do Río Martín e o Parque Cultural de Albarracín. Quatro destes cinco parques culturais, Parque cultural de Albarracín, Parque cultural del Maestrazgo, Parque cultural de Río Martín, Parque cultural de Río Vero, incluem no seu território amplos conjuntos de arte rupestre incluídos na Lista de Património Mundial da UNESCO, no ano de 1998, no âmbito da classificação da arte rupestre do arco mediterrâneo espanhol.

Têm como objectivo a preservação da arte rupestre com base numa visão holística da paisagem, assim como a promoção e ordenamento do turismo, sendo de salientar o Plano de dinamização turística do Parque Cultural do Maestrazgo, como exemplo de boas práticas, materializador dos princípios legislativos da Lei de Parques Culturais de Aragão, que regula os Parques, e estabelece a conservação e protecção do património, com base num modelo de gestão que potencia o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais de Aragão.

A inovação deste modelo de gestão do património, assenta sobre dois aspectos fundamentais: o método de desenvolvimento, no qual a tomada de decisões se realiza à escala local (a descentralização propiciou uma forma de actuação que beneficiou todos os municípios que integram a delimitação territorial dos Parques Culturais), e o desenvolvimento da figura de parque cultural, como iniciativa de desenvolvimento endógeno em torno do conceito de património integral (na actualidade assistimos ao desaparecimento da dualidade entre património natural/cultural assim como preservação-desenvolvimento deixaram de ser incompatíveis).

O conceito de património integral tem como dimensão a globalidade do território e os seus habitantes, como objectivo último a qualidade de vida, o desenvolvimento económico e social sustentável, a sua metodologia é a gestão integral dos recursos patrimoniais a

³ Consultar em :<http://www.aragob.es/edycul/patrimo/parques/parques.htm>.

partir de uma estratégia territorial. A figura legal e de projecto de parque cultural materializa esta filosofia e conceito, como instrumento de potenciação da actividade económica e da qualidade de vida das populações, modelo de gestão do património, que demonstrou a sua viabilidade no âmbito Europeu.

Este novo âmbito de protecção, potencia a criação de “zonas patrimoniais”, que facilitam a gestão de amplas áreas, com base no papel que o património pode jogar no desenvolvimento local, esta nova concepção transforma o património em recurso, factor de desenvolvimento económico e social enquanto elemento de identidade cultural.

Esta consideração do território como espaço patrimonial, favorece o estudo diacrónico orientado para uma “investigação para a protecção” considerando o património como factor de desenvolvimento sustentável. Esta orientação determinou a nossa opção por uma arqueologia aplicada que designamos de arqueologia patrimonial, derivada do incremento nos últimos anos de uma visão tecnocientífica da conservação do património arqueológico, fundamentada pela sua conversão em recurso económico e social, aliada ao conceito de território-museu (que permite perceber as paisagens e os seus lugares como produto cultural), através de uma metodologia de gestão baseada numa estratégia de inserção do património nas políticas de planeamento e desenvolvimento do território.

Um projecto interpretativo do património segundo os objectivos da “ICOMOS Ename Charter for the Interpretation of Cultural Heritage Sites”⁴, deve destacar a função essencial da interpretação no âmbito da conservação do património, impulsionar uma ampla apreciação por parte do público das zonas patrimoniais como centros de aprendizagem e reflexão sobre o passado, assim como constituir uma fonte de recursos vitais para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade. Pelo que, um parque cultural deve ser planeado através de uma oferta integrada constituída por diversos serviços e actividades. A gestão do património deve gerar experiências e percepções, integrando o conceito de território-museu a que nos referimos, que entronca na herança dos ecomuseus franceses assim como na tradição anglo-saxónica dos planos de interpretação, como instrumento de trabalho de extrema utilidade na planificação de propostas que tenham por objectivo o conceito de “marca-território”.

Pensamos poder ser de extrema importância, a sua utilização por parte da estrutura organizativa Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, que tem como objectivo gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural que lhe está afecto (instituída pelo Decreto-Lei n.º 35/2011 de 8 de Março). Esperamos que esta organização, seja capaz de liderar um processo de desenvolvimento sustentável, com base na gestão do uso do património e aplicação de uma estratégia interpretativa do território. Para alcançar este objectivo entendemos que é imprescindível

⁴ Consultar em : <http://www.enamecharter.org>.

que esta desenvolva e aplique um conceito de gestão criativa do património que tenha por pilares a participação social, planificação estratégica, sustentabilidade, qualidade da experiência dos visitantes e diversificação das formas de financiamento.

2. Instrumentos de desenho e gestão

Se analisarmos os numerosos projectos de parques culturais e arqueológicos elaborados nos últimos trinta anos, identificamos certos padrões na elaboração dos instrumentos de desenho e gestão. Uma ampla descrição destas experiências, pode ser encontrada nos trabalhos publicados pelo Laboratorio Internacional sobre los Paisajes Culturales, coordenado pelo professor Joaquín Sabaté i Bel,⁵ da Universidad Politécnica da Cataluña, em parceria com o M.I.T (Massachusetts Institute of Technology).

Este grupo de investigação tem como objectivos, promover a investigação teórica e aplicada, sobre o desenho e o planeamento urbanístico e territorial, baseada nos recursos culturais.

Com base nestes trabalhos, destacamos algumas linhas comuns aos vários projectos e planos de parques culturais e arqueológicos analisados:

- Inventário de recursos, classificação e hierarquia;
- Objectivos e estratégia de interpretação;
- Desenho da estrutura física;
- Plano de gestão;
- Reconhecimento institucional, marco legal e administrativo e inserção no sistema de planeamento.

A planificação de um parque cultural e arqueológico, pode ser definida como o processo de identificação de objectivos, programação das actuações e avaliação dos resultados, materializada na elaboração de documentos, designados por Planos de gestão, cujos princípios orientadores da sua elaboração devem ser: a sua integração a nível espacial, definição de objectivos concretos, operativos e avaliáveis abertos à participação, que configurem uma gestão activa para períodos de tempo entre os quatro e oito anos (resultando conveniente a elaboração de um documento de divulgação do Plano).

⁵ upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/.../1/Editorial.pdf.

2.1. Inventário de recursos, classificação e hierarquia

O inventário de recursos, deve integrar a fundamental participação dos membros da comunidade, tanto pelo seu conhecimento como pela facilidade de identificação com o futuro da iniciativa. Os recursos devem classificar-se em função, tanto do seu valor histórico e cultural como fundamentalmente, da interpretação do património que se pretende destacar, ou seja da história que se pretende explicar nesse território.

2.2. Objectivos e estratégia de interpretação

A finalidade fundamental de um parque cultural, arqueológico deve ser a integração, compatível com as características do território, de diferentes funções: preservação, educação, turismo e desenvolvimento económico.

Na maioria dos casos existe uma estreita colaboração entre diferentes administrações, instituições e particulares, pelo que é muito importante que os objectivos sejam claramente definidos. Alguns dos mais recorrentes são:

- ▶ Desenvolvimento de mecanismos de protecção dos recursos patrimoniais;
- ▶ Interpretação desses recursos para os residentes, visitantes e estudantes de todas as idades, integrando o património nos programas educativos locais;
- ▶ Efectivar a participação dos residentes da paisagem cultural, parque cultural e arqueológico;
- ▶ Desenvolvimento de um programa de revitalização económica que utilize o património, para atrair turistas e investimentos públicos e privados;
- ▶ Estabelecer vínculos físicos e interpretativos entre os recursos, utilizando estratégias baseadas na cooperação.

2.3. Desenho da estrutura física

Ainda que os projectos de parques culturais e arqueológicos sejam figuras relativamente recentes, o número de exemplos desenvolvidos permite, identificar conceitos e instrumentos de desenho específicos, tais como:

- ▶ O âmbito global e o conjunto de unidades temáticas;
- ▶ Os seus recursos patrimoniais e serviços;
- ▶ As portas e acessos, os centros de interpretação e museus;

- Os caminhos que vinculam os anteriores itinerários;
- Os limites visuais e administrativos da intervenção;
- Por vezes a extensão territorial de um parque e a diversidade de recursos, possibilita a criação de áreas temáticas;
- O ordenamento cronológico constitui habitualmente o “fio condutor”.

2.4. Recursos e interpretação

Os recursos patrimoniais são a base fundamental sobre a qual assenta, a construção das narrativas de um determinado parque cultural ou arqueológico.

Aqui reside a questão fulcral: não se trata simplesmente de expor fragmentos do passado, mas sim de tornar explícitas as formas de vida e organização social que caracterizam um período determinado, ou a dinâmica das paisagens culturais.

2.5. Portas

São os pontos através dos quais podemos considerar que entramos numa área temática, zonas que possuem como objectivo, transmitir a mensagem interpretativa e organizar a experiência do visitante e que coincidindo necessariamente de forma estrita, com o acesso geográfico, são peças-chave da estrutura de um parque, por nelas se concentrarem muitas das energias, com o objectivo de criar um lugar especial, dirigido ao turismo cultural e à educação, para receber os visitantes, apresentar a temática e orientar os percursos.

Algumas vezes são constituídas por centros de recepção de visitantes, de interpretação e outros serviços que desenham itinerários e percursos através de caminhos que relacionam o conjunto de recursos, portas e centros de interpretação e as diversas áreas temáticas e que permitem percorrer um parque.

É imprescindível vincular os recursos patrimoniais através destes itinerários, (percursos pedestres, a cavalo, em barco ou bicicleta) uma vez que a experiência do espaço e tempo percebida pelo visitante é fundamental.

3. Plano de gestão e reconhecimento institucional

Entre os mecanismos de implementação e gestão de projectos dos parques encontramos bastantes diferenças, particularmente entre a tradição anglo-saxónica e a de outros contextos, merecendo a pena destacar alguns pontos comuns.

Resulta habitual nas experiências analisadas, (quase como condição imprescindível), a constituição de um grupo amplo de consultores e especialistas qualificados. De igual modo a participação local é, um dos ingredientes básicos do êxito destas iniciativas.

Em algumas das propostas com mais êxito podemos destacar no contexto anglo-saxónico, a frequente participação de associações de carácter privado e sem fim lucrativo, que adquirem um protagonismo crescente, no desenvolvimento do projecto de parque cultural ou arqueológico.

Estas associações têm como objectivo fundamental, a consolidação de um espaço de intercâmbio de ideias e a colaboração na tomada de decisão entre todas as administrações, instituições e particulares interessados, na implementação do plano com o objectivo de promover o parque.

É comum o aparecimento de patronos (grupos empresariais públicos e privados) que asseguram os recursos económicos, para as tarefas de preservação, interpretação e valorização do património.

No contexto nacional, a participação da administração pública é imprescindível, assim como a constituição de um grupo de apoio que integre representantes de diferentes organismos que podem estar implicados, numa das fases do projecto. Desde o arranque do projecto é recorrente, ter como objectivo a maior participação possível de residentes, fazedores de opinião e membros do grupo de seguimento, através de reuniões onde se apresenta o avanço dos trabalhos.

Em todos os projectos analisados, merecem uma atenção especial os programas de desenvolvimento e muito particularmente duas questões básicas: a interpretação e a educação.

Um dos objectivos básicos de todos os parques, é reproduzir os ambientes ou condições que permitam ao visitante, construir uma ideia o mais precisa possível, do período que se pretende apresentar assim como da dinâmica da paisagem, trata-se de converter os parques em centros de estudos e de educação dos visitantes. Muitos dos parques analisados, estabelecem vínculos com universidades ou centros de investigação do mesmo âmbito geográfico, visando o desenvolvimento conjunto de programas dirigidos a estudantes e investigadores.

O desenvolvimento de um parque requer grandes investimentos, pelo que é necessário quantificar o seu impacto no impulso da economia regional, na preservação de recursos naturais e culturais e na melhoria das condições de vida dos residentes.

No âmbito da experiência europeia, o financiamento dos projectos pela administração pública é um requisito quase imprescindível, demonstrando-se no entanto, em muitos dos exemplos analisados que é bem mais importante o suporte legal e administrativo através da sua inserção no quadro jurídico-legal e administrativo, do sistema de planeamento territorial.

Os projectos de parques culturais e arqueológicos estão a adquirir uma importância crescente, apesar da falta de um claro reconhecimento institucional, da escassez de estudos e do insuficiente apoio económico, programático e administrativo. Na maioria dos casos predomina ainda uma visão conservacionista, sendo no entanto de salientar algumas propostas recentes desenvolvidas na Catalunha no âmbito da Lei da Paisagem (Ley 8/2005 de Protección, Gestión y Ordenación del Paisaje de Cataluña), orientadas por uma visão que entende a paisagem (parques patrimoniais), como uma realidade evolutiva, assim como o caso apresentado dos parques culturais de Aragão.

São exemplo, o projecto dos parques patrimoniais do rio Llobregat⁶ entre outros que têm como objectivo, ultrapassar a posição meramente conservacionista do património e adoptar uma política de protecção do mesmo com a vontade de projectar o futuro.

4. Conclusões

Através dos projectos e planos de parques culturais e arqueológicos analisados, observa-se que a gestão dos recursos patrimoniais está a assumir em diversos territórios, um papel fundamental para o seu desenvolvimento económico, porque atrai turismo e investimentos, gera postos de trabalho mas fundamentalmente, porque reforça a auto-estima das populações. O desenho de um parque cultural ou arqueológico implica a realização de um projecto que garanta a preservação dos recursos patrimoniais, mas também a reactivação económica da região.

Em todos os projectos apresenta-se como factor crucial, a definição da estrutura física do parque cultural ou arqueológico, assim como dos seguintes elementos constitutivos:

- ▶ Áreas temáticas;
- ▶ Recursos patrimoniais e serviços,
- ▶ Portas de acesso, os centros de interpretação e museus;
- ▶ Itinerários que vinculam os elementos anteriores;
- ▶ Limites visuais e administrativos da intervenção.

O termo “parque”, remete para o mundo do ócio, sem dúvida a função essencial de um parque cultural ou arqueológico deve abranger um público o mais amplo possível, isto pode ser compatível, com as suas outras tarefas se considerarmos os parques como uma instituição para a investigação, formação e gestão. O seu objectivo não deverá ser

⁶ Consultar em : <http://www.diba.cat/parcsn/parcs/plana.asp?parc=9&m=299/> <http://www.parcfluvial.cat>

a sua fixação como “reserva” mas constituir um factor de estímulo cultural, social e económico.

A sua integração nos circuitos turísticos é, neste sentido, um factor essencial, uma vez que pode levar à consideração do património como um recurso para o desenvolvimento sustentável. Da nossa acção depende que os parques culturais e arqueológicos, não se emancipem dos parques naturais para se converterem em meros parques temáticos, pelo que propugnamos pelo desenvolvimento de uma arqueologia patrimonial que reconverte a arqueologia numa disciplina de gestão do património e reconheça que em todos os níveis da missão científica existe, uma dimensão básica outra aplicada assim como de serviço.

Pela análise realizada pensamos poder concluir que a figura legal e de projecto de parque cultural, com base no modelo apresentado, pode ser de extrema importância para reconfigurar a gestão integral do património no Baixo Còa, sob gestão da nova estrutura organizativa Còa Parque- Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Còa, que tem como objectivo gerir o património arqueológico, paisagístico e cultural que lhe está afecto.

Bibliografia

- BALLART, JOSEP (1997)-El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso. Barcelona: Ariel
- BENDER, B. (1993)- Landscape: Politics and Perspectives. Oxford: Berg Publications.
- BLOEMERS, T.; KARS, H; VANDERVACK, A.; WIJNEN, M. (2010) – The Cultural Landscapes & Heritage Paradox. Protection and Development of the Dutch Archaeological –Historical Landscape and its European Dimension. Amsterdam: University Press.
- BUSTAMANTE, L. P. ; PONCE, C. P. (2004)- Paisajes culturales: el parque patrimonial como instrumento de revalorización y revitalización del Territorio. Theoria 13, pp. 9-24.
- BUSQUETS, J.; CORTINA, A (coords.) (2009)- Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Editorial Ariel.
- CANADA, J. S.(2007)- El Patrimonio cultural como activo del desarrollo rural. Madrid: Editorial Síntesis.
- CHOUQUER, G.(2007)- Quels scénarios pour l’histoire du paysage? Coimbra, Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP).
- CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM (FLORENÇA,2000)- Arovada pelo governo Português através do Decreto 4/2005, de 14 de Fevereiro. Ratificada a 29 de Março com entrada em vigor a 1 de Julho do mesmo ano.
- COSGROVE, D. E. (1998) – Cultural Landscapes, in Unwin, T. (ed.): *A European Geography*. Harlow: Addison Wesley Longman. pp. 65-81.
- INGOLD, T.(1993) – The temporality of landscape. *World Archaeology* 25, p.152-174.
- JUSTE, N. (2006)- “El Parque Cultural del Río Vero y los equipamientos museísticos del Somontano”, in JUSTE, N. (Coord): *Comarca de Somontano de Barbastro*, Gobierno de Aragón, Zaragoza, pp. 275-280.

- LISTA, A. ; SABATÉ BEL, J. (eds.) (2001)- Projectant l'Eix del Llobregat : paisatge cultural i desenvolupament regional – designing the Llobregat Corridor: cultural landscape and regional development. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Massachusetts Institute of Technology.
- LOPES, F.(2000)- O Programa de Incremento do Turismo Cultural. Dos novos conceitos sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade.Porto, Antropológicas 4, pp. 243-250.
- OREJAS, A. (2001)- Los parques arqueológicos y el paisaje como patrimonio. Arqueoweb, Revista sobre Arqueología en Internet, ISBN 1139-9201, N.º Vol 3, n.º 1. Disponível em : <http://www.ucm.es/info/arqueoweb/numero3_1/dossier3_1A.htm>
- POPPER, K.R.(1992)- Em Busca de um Mundo Melhor. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- SABATÉ, J. (2004a)- De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. AmbienteDigital, 98, pp. 1-10.
- SABATÉ, J. (2004b)- “Paisajes culturales, el patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrollo”, Madrid, Revista Urban, n.º 9.
- SABATÉ, J. (2004c)- Patrimonio y proyecto territorial, Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- SAUER C. (1925)- The morphology of landscape. Geography, 2, 19-54; University of California Publications.
- SILVA, E.P. (2000)- Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural.Porto, Antropológicas 4, pp. 217-224.
- THROSBY, D.(2001)- Economics and Culture. Cambridge: Cambridge University Press.
- URRY, JOHN; CRAWSHAW, C.(1995)- Turismo e consumo visual. Revista Crítica das Ciências Sociais, N.º 43, pp. 46-67.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION(1993)- Sustainable tourism: guide for local planners. Madrid:Tourism and the Environmental Publication.
- VALCARCER-RESALT, G. (1999)- “Bases del Desarrollo Local sustentable”, in RODRIGUEZ, F. (ed.): Manual de Desarrollo Local. Gijón.Ed. Trea, pp. 61-77.
- QUEROL, M.A.(1993)- Filosofía y concepto de parque arqueológico, in Actas del Seminario de parques arqueológicos, Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, pp. 11-22.